

**ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2023/2024**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** SP002951/2024  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 02/04/2024  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR057451/2023  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 10260.206661/2023-34  
**DATA DO PROTOCOLO:** 13/11/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

AUTORIDADE PORTUARIA DE SANTOS S.A., CNPJ n. 44.837.524/0001-07, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANDERSON POMINI;

E

SIND TRAB ADM CAP TER PRIV.RET ADM GER SERV PORT EST SP, CNPJ n. 58.200.916/0001-75, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EVERANDY CIRINO DOS SANTOS;

SIND OP TRAB PORT GERAL ADMS PORTOS E TERM PRIV RET SP, CNPJ n. 58.202.441/0001-56, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CLAUDIOMIRO MACHADO;

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SAO PAULO, CNPJ n. 62.637.137/0001-09, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). ALVARO LUIZ DIAS DE OLIVEIRA;

SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DE SANTOS, CNPJ n. 60.007.317/0001-81, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ITAMAR REVOREDO KUNERT;

SINDICATO DOS ADVOGADOS DE SAO PAULO, CNPJ n. 54.281.415/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FABIO ROBERTO GASPAR;

SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SANTOS E REGIAO, CNPJ n. 58.238.536/0001-20, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIZ ANTONIO TAVARES FREIRE;

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO EST DE SAO PAULO, CNPJ n. 62.584.230/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). THIAGO CIANGA TANJI;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de junho de 2023 a 31 de maio de 2024 e a data-base da categoria em 01º de junho.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **dos Trabalhadores Administrativos em Capatazia, nos Terminais Privativos e Retroportuários e na Administração em Geral dos Serviços Portuários; dos Operários e Trabalhadores Portuários nas Administrações dos Portos, Terminais Privativos e Retroportos, bem como dos trabalhadores em geral com ou sem vínculo empregatício, exceto os trabalhadores de categorias diferenciadas representados por outras entidades sindicais; Profissional Liberal, dos Engenheiros; dos Advogados; Profissional dos Administradores, tecnólogos e técnicos em administração; dos Contadores e Técnicos de Contabilidade; Profissional, dos Jornalistas, com abrangência territorial em Bertioga/SP, Guarujá/SP e Santos/SP.**

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**

## CLÁUSULA TERCEIRA - AUMENTO SALARIAL

A APS concederá aos empregados representados pelos Sindicatos Acordantes, em decorrência do presente Acordo, reajuste salarial de 4,74% (quatro inteiros e setenta e quatro centésimos por cento), cujos efeitos serão aplicados a partir de 1º de junho de 2023 sobre o salário-base vigente em maio de 2023, com reflexos em todas as cláusulas econômicas, ressalvada a cláusula oitava.

**Parágrafo Único** - As diferenças retroativas serão pagas em parcela única até 15 (quinze) de setembro de 2023.

## PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

### CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO DO PESSOAL

O pagamento da remuneração dos empregados será realizado até o quinto dia útil do mês subsequente ao de competência, considerando a implantação do e-social.

## GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

### CLÁUSULA QUINTA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extraordinárias, calculadas sobre o valor do salário-hora básico diurno, serão apontadas e pagas aos empregados representados pelos Sindicatos com acréscimo de 75%, ressalvadas situações específicas e mais benéficas contempladas em legislação extravagante.

**Parágrafo Único** - As horas extraordinárias laboradas em feriados e em horário de refeição permanecem com adicional de 100%, tal como previsto na Lei nº 4.860/65.

## ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

### CLÁUSULA SEXTA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A APS, na vigência deste Acordo, concederá aos empregados representados pelos Sindicatos Acordantes, Adicional por Tempo de Serviço (ATS), até o limite de 35%, sob a forma de 5 biênios, do 2º ao 10º ano de efetivo serviço, e de 25 anuênios, do 11º ao 35º ano de efetivo serviço.

**Parágrafo Primeiro** - O ATS será calculado mediante a aplicação do percentual respectivo, exclusivamente sobre o salário-base mensal do empregado.

**Parágrafo Segundo** - O ATS, a partir de 1º de junho de 2008, passou a integrar a base de cálculo dos adicionais noturno, de horas extras e de risco.

**Parágrafo Terceiro** - Para efeito de cálculo percentual do ATS será considerado o tempo de efetivo serviço do empregado na APS.

## ADICIONAL NOTURNO

### CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL NOTURNO

O adicional noturno será pago aos empregados representados pelos Sindicatos Acordantes com base no percentual único de 50%, incidente, exclusivamente, sobre o valor do salário-hora básico diurno, no período

noturno (19 às 7 horas), sendo a hora noturna de 60 minutos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 4º da Lei nº 4860/65.

## AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

### CLÁUSULA OITAVA - VALE REFEIÇÃO

A APS, durante a vigência do presente Acordo, concederá até o 5º dia útil do mês, vale refeição cujo valor mensal será de R\$ 1.334,95 (um mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos).

**Parágrafo Primeiro** - Na eventual impossibilidade do fornecimento dos vales de que trata a presente Cláusula, a APS obriga-se, em caráter excepcional, ao pagamento desse benefício através de depósito bancário.

**Parágrafo Segundo** - A APS, encerrada a licitação pública para contratação de empresa fornecedora desses vales e após a celebração de contrato com a vencedora, concederá, opcionalmente, vale-alimentação aos empregados que expressamente manifestarem essa preferência, respeitados os mesmos critérios estabelecidos para o vale-refeição, em termos de valor e demais condições estabelecidas nesta Cláusula.

**Parágrafo Terceiro** - A quantia a ser paga pelo empregado, a título de participação, corresponderá a 1% do salário-base de seu cargo efetivo, ou do cargo comissionado quando não ocupante de cargo efetivo, limitado a 20% do valor total dos vales-refeições fornecidos.

## AUXÍLIO SAÚDE

### CLÁUSULA NONA - BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (BAS)

A APS continuará mantendo o patrocínio do Plano de Saúde aos seus empregados e dependentes legais, competindo ao respectivo titular a permanência do pagamento da parcela de contribuição da ordem de 50% do seu valor, durante a vigência do presente acordo.

**Parágrafo primeiro** - A APS irá garantir aos ex-empregados e seus dependentes legais, o benefício de assistência à saúde, na forma do disposto nos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98, o que impõe a estes o custo integral do plano de saúde.

**Parágrafo segundo** - No caso de falecimento de empregado ativo ou ex-empregado já integrantes do Plano de Saúde, os dependentes devidamente cadastrados poderão permanecer usufruindo os benefícios, a contar da data do falecimento, mediante o pagamento integral do valor unitário, nos termos da legislação vigente.

**Parágrafo terceiro** - Os ex-empregados abrangidos pelo benefício de assistência à saúde, bem como os dependentes enquadrados no parágrafo segundo que não efetuem o pagamento da parcela estipulada por 2 meses, de sua exclusiva responsabilidade, perdem o direito de usufruto do benefício de assistência à saúde, sem a possibilidade de retorno.

**Parágrafo quarto** - No mês em que, eventualmente, a participação da empresa no custeio do BAS ultrapasse 8% da folha de pagamento, os valores excedentes serão rateados entre todos os beneficiários do BAS, independentemente da participação ordinária estabelecida.

### CLÁUSULA DÉCIMA - REEMBOLSO DO PLANO DE SAÚDE PRÓPRIO

É garantido aos empregados ativos da APS, inclusive de livre provimento e exoneração, que não usufrui do plano de saúde contratado pela APS (cláusula nona), o benefício de reembolso de plano de saúde, observadas as seguintes disposições:

**Parágrafo Primeiro** - O benefício de reembolso do plano de saúde:

- a) Tem caráter pessoal, intransferível, cessando com a morte, ruptura do vínculo de emprego com a APS, ou em caso de não renovação da presente cláusula em acordo coletivo;
- b) Não é extensivo no pós emprego e nos casos de aposentadoria por invalidez;
- c) Tem natureza indenizatória, ou seja, não tem natureza salarial, não se incorporando à remuneração para nenhum efeito, além de não constituir base de incidência da contribuição previdenciária ou trabalhista;
- d) O reembolso é limitado à mensalidade do plano de saúde próprio pago pelo Empregado, excluindo-se pagamentos a título de juros, multa, e outras despesas adicionais como medicamentos, consultas particulares, deslocamentos etc.

**Parágrafo Segundo** - Caberá reembolso apenas dos valores efetivamente dispendidos pelo empregado quanto ao pagamento de plano de saúde próprio.

**Parágrafo Terceiro** - Os valores dispendidos pelo empregado a título de plano de saúde próprio abrangem os custos dos dependentes de seu plano, desde que elencados no parágrafo seguinte, mediante comprovação mensal da contratação e seu efetivo pagamento.

**Parágrafo Quarto** - São considerados dependentes do plano de saúde próprio do empregado da APS, para fins de reembolso:

I. cônjuge;

II. companheira(o) que viva com o(a) beneficiário(a) em união estável devidamente documentada;

III. companheira(o) na união homoafetiva, que viva com o(a) beneficiário(a) em união estável devidamente documentada;

IV. filho(s), filha(s), enteados(as), tutelados, curatelados, adotivos, menor do qual o empregado tenha a guarda, ou os que, por determinação judicial sejam considerados como dependentes, inválidos, sem sustento próprio, de qualquer idade;

V. filho(s), filha(s), enteados(as), tutelados, curatelados, adotivos, menor do qual o empregado tenha a guarda, ou os que, por determinação judicial sejam considerados como dependentes, solteiros, até 18 anos;

VI. filho(s), filha(s), enteados(as), tutelados, curatelados, adotivos, menor do qual o empregado tenha a guarda, ou os que, por determinação judicial sejam considerados como dependentes, até 24 anos, solteiros, sem sustento próprio, desde que comprovadamente universitários;

**Parágrafo Quinto** - não poderão ser beneficiários simultaneamente o(a) cônjuge e o(a) companheiro(a), com relação a plano compartilhado, salvo por decisão judicial;

**Parágrafo Sexto** - O valor mensal de reembolso será de 50% do valor efetivamente dispendido pelo empregado no mês anterior, limitado ao valor de R\$ 579,38 (quinhentos e setenta e nove reais e trinta e oito centavos).

**Parágrafo Sétimo** - Os prazos, requisitos, forma de pagamento do reembolso e comprovação de despesas necessários à concessão do benefício constarão em Manual específico editado pela APS.

**Parágrafo Oitavo** - O início da vigência do benefício dar-se-á a partir da publicação de norma interna da APS, após a aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, sem efeitos retroativos.

## AUXÍLIO CRECHE

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO CRECHE

A APS concederá a suas empregadas-mães, para cada filho até completar 6 anos de idade, a partir do término da licença-maternidade, Auxílio-Creche mensal, cujo valor será de R\$ 387,07 (trezentos e oitenta e sete reais e sete centavos).

**Parágrafo primeiro** - O auxílio creche será extensível aos empregados-pais, a partir do término da licença paternidade.

**Parágrafo segundo** - Quando ambos os pais forem empregados da APS, o pagamento não será cumulativo, fazendo jus ao benefício apenas as empregadas-mães.

**Parágrafo terceiro** - O início da vigência do benefício aos empregados-pais dar-se-á a partir de 01/09/2023.

## SEGURO DE VIDA

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SEGURO DE VIDA

A APS concederá Apólice de Seguro de Vida em Grupo, de 25 vezes a remuneração do empregado em caso de morte natural; 50 vezes em caso de morte acidentária; até 50 vezes em caso de invalidez permanente total ou parcial. O teto e o piso, respectivamente, serão de R\$ 289.982,00 (duzentos e oitenta e nove mil, novecentos e oitenta e dois reais) e R\$ 115.996,00 (cento e quinze mil, novecentos e noventa e seis reais).

**Parágrafo Único** - O benefício referido no caput não é extensivo aos empregados com contrato suspenso por prazo superior a 05 (cinco anos), inclusive em decorrência de aposentadoria por invalidez.

## OUTROS AUXÍLIOS

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO A FILHO COM DEFICIÊNCIA

A APS concederá, durante a vigência do presente Acordo, a seus empregados que tenham filhos com deficiência, ou aquele a esse equiparado por força de decisão judicial, sem limite de idade, auxílio mensal, cujo valor será de R\$ 483,85 (quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

**Parágrafo Primeiro** - Para concessão do auxílio de que trata o "caput" desta cláusula, entende-se como filho(a) com deficiência aquele(a) que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, tal como exposto na Lei 13.146, de 06/07/2015, ou outra que vier a substituí-la.

**Parágrafo Segundo** - O diagnóstico deverá ser realizado por meio de relatório atualizado de profissional médico, da rede pública ou privada, que implique a necessidade de acompanhamento permanente por profissional ou profissionais especializados.

**Parágrafo Terceiro** - O auxílio de que trata o "caput" desta Cláusula é cumulável, para o mesmo dependente, com o auxílio creche.

**Parágrafo Quarto** - Para a concessão do auxílio de que trata o "caput" desta Cláusula, o empregado deverá apresentar requerimento acompanhado da respectiva documentação comprobatória nas condições estabelecidas nos parágrafos primeiro e segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Quinto** - Quando ambos os pais forem empregados da APS, o pagamento não será cumulativo, fazendo jus ao benefício apenas as empregadas-mães.

**Parágrafo Sexto** - O início da vigência da regra de cumulação prevista no parágrafo terceiro dar-se-á a partir de 01/09/2023.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - QUEBRA DE CAIXA

Os empregados representados pelo SINDAPORT, lotados na Superintendência de Administração e Finanças e que prestam seus serviços diretamente no Setor de Tesouraria, em atividade específica de manuseio de numerário em espécie (dinheiro), perceberão benefício pago mensalmente a título de quebra de caixa, cujo valor será de R\$ 843,56 (oitocentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos).

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA**

Quanto ao restabelecimento da concessão da Complementação de Aposentadoria, para os empregados admitidos até 4 de junho de 1965, dos Portos de Manaus-AM, Cabedelo-PB, Recife-PE, Natal-RN, Santos-SP, Vitória, Salvador e Ilhéus-BA, Imbituba-SC e Rio de Janeiro-RJ, abrangidos pelo Termo de Acordo firmado em 4 de outubro de 1963, entre o Governo Federal e a Federação Nacional dos Portuários, a APS continuará a transferir o pagamento do referido benefício a seus ex-empregados portuários inativos que fazem jus ao mesmo, seguindo o critério estabelecido pela regulamentação da Cláusula Sétima do referido Termo de Acordo de 1963.

**Parágrafo Único** - O pagamento da Complementação de Aposentadoria será efetuado até o 12º dia útil do mês subsequente ao de sua competência.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS CONTROLE DA JORNADA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - REGISTRO ELETRÔNICO DE PONTO ALTERNATIVO**

A APS poderá adotar o Registro Eletrônico de Ponto Alternativo, para controle da jornada de trabalho de seus empregados, devendo os mesmos registrarem corretamente os horários de entrada, saída e intervalos de repouso/refeição, por meio dos dispositivos computacionais disponibilizados (terminal de computador, notebook, celulares, tablets, smartphones e outros), observando-se o disposto no artigo 74, § 2º, da CLT.

## **FÉRIAS E LICENÇAS REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS**

A APS concederá na vigência do presente Acordo, a todos os seus empregados e integrantes das categorias profissionais representadas pelo Sindicatos acordantes, para os efeitos previstos no inciso XVII do artigo 7º da Constituição Federal, um Abono Constitucional de Férias correspondente a 45% da remuneração dos dias de férias efetivamente usufruídos pelo empregado.

**Parágrafo Único** - O pagamento do Abono Constitucional de Férias, referido nesta Cláusula, será efetuado em duas etapas, sendo a primeira, correspondente à parcela ordinária, ao ensejo das férias, e a segunda, referente às demais parcelas componentes da remuneração, na folha de pagamento mensal.

## **LICENÇA REMUNERADA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - APRIMORAMENTO FUNCIONAL**

A APS concederá, a título de aprimoramento funcional, até cinco dias de dispensa ao serviço ordinário durante o ano, em conformidade com o Regulamento Interno de Pessoal (RIP).

**Parágrafo Único** - A APS remunerará os dias de usufruto de que trata o “caput” da presente cláusula, pelo valor da diária do salário ordinário-diurno do respectivo beneficiário.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DIA DO ANIVERSÁRIO**

A APS concederá a dispensa do trabalho no dia do aniversário do empregado, quando a data coincidir com dia de trabalho, sem prejuízo da remuneração do dia.

**Parágrafo Primeiro** - Excetuam-se, para os fins desta dispensa, os empregados abaixo listados, que farão jus ao pagamento de uma diária ordinária:

- a) Os empregados que prestam serviços de assistência aos usuários arrendatários, bem como os designados para os trabalhos imprescindíveis; e
- b) Os empregados que trabalham em horário especial de rodízio, em trabalhos de natureza ininterrupta e os escalados para compor equipes ou quantidade mínima de acompanhamento e fiscalização das Operações Portuárias.

**Parágrafo Segundo** - o início da vigência do benefício previsto no caput dar-se-á a partir de 01/09/2023.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DIA DO PORTUÁRIO**

A APS concederá a dispensa do trabalho no dia 28 de janeiro em comemoração ao Dia do Portuário, sem prejuízo da remuneração do dia.

**Parágrafo Único** - Excetuam-se, para os fins desta dispensa, os empregados abaixo listados, que farão jus ao pagamento de uma diária ordinária:

- a) Os empregados que prestam serviços de assistência aos usuários arrendatários, bem como os designados para os trabalhos imprescindíveis; e
- b) Os empregados que trabalham em horário especial de rodízio, em trabalhos de natureza ininterrupta e os escalados para compor equipes ou quantidade mínima de acompanhamento e fiscalização das Operações Portuárias.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - LICENÇA REMUNERADA PARA DIRIGENTES SINDICAIS**

A APS, considerando a representação do Sindicato dos Trabalhadores Administrativos em Capatazia, nos Terminais Privativos e Retroportuários e na Administração em Geral dos Serviços Portuários do Estado de São Paulo (SINDAPORT), de aproximadamente seiscentos e oitenta empregado de seu quadro efetivo, e a representação do Sindicato dos Operários e Trabalhadores Portuários em Geral nas Administrações dos Portos e Terminais Privativos e Retroportos do Estado de São Paulo (SINTRAPORT), de aproximadamente cento e dez empregados de seu quadro efetivo, concederá licença remunerada para quatro dirigentes sindicais empregados e para um dirigente sindical empregado, respectivamente, que se afastarem dos serviços para o exercício do respectivo mandato sindical a que foram eleitos.

**Parágrafo Primeiro** - A remuneração desses dirigentes quando licenciados nas condições estabelecidas na presente Cláusula será composta do salário-base do seu cargo efetivo, acrescida da vantagem pessoal, do adicional por tempo de serviço e da média das parcelas variáveis percebidas nos doze meses que antecederam o afastamento para o exercício do atual mandato.

**Parágrafo Segundo** - Os dirigentes sindicais de que trata a presente Cláusula terão a concessão de suas férias regulamentares sob controle da APS, devendo o Sindicato acordante informar à empresa no mês de dezembro a respectiva escala de férias.

**Parágrafo Terceiro** - Na eventualidade de designação de dirigentes sindicais empregados, suplentes, para substituir o respectivo titular por motivo de férias, os quais estejam abrangidos por essa licença remunerada, será garantida a concessão dessa licença remunerada pelo período da substituição em apreço.

**Parágrafo Quarto** - Fica estabelecido que apurada a remuneração, conforme previsto no parágrafo primeiro da presente cláusula, os dirigentes sindicais eleitos para mandato no SINDAPORT poderão optar em perceber o valor bruto máximo de R\$ 14.862,65 (quatorze mil, oitocentos e sessenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), remuneração essa somente garantida enquanto o empregado permanecer no cargo de dirigente sindical.

**Parágrafo Quinto** - Em qualquer hipótese, a remuneração dos dirigentes sindicais, quando licenciados, nas condições estabelecidas na presente Cláusula, encontrar-se-ão limitados ao valor da remuneração do cargo

de Assessor de Diretor, com redução de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

## **LICENÇA MATERNIDADE**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - LICENÇA-MATERNIDADE**

De conformidade com a Lei nº 11.770, de 09/09/2008, a prorrogação de 60 dias na licença-maternidade de que trata o presente acordo poderá ser solicitada pela empregada à APS até o final do primeiro mês após o parto, e concedida imediatamente após a fruição da licença maternidade de que trata o inciso XVIII do “caput” do artigo 7º da Constituição Federal.

**Parágrafo Primeiro** - a prorrogação da licença-maternidade de que trata o “caput”:

I – iniciar-se-á no dia subsequente ao término da vigência do benefício que tratam os artigos 71 e 71-A da Lei nº 8.213, de 24/07/1991;

II – será devida, inclusive, no caso de parto antecipado.

**Parágrafo Segundo** - durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a empregada terá direito a sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo Regime Geral de Previdência Social.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - REGRAMENTO DA LICENÇA-MATERNIDADE**

No período de licença-maternidade e de licença-adotante, a(o) empregada(o) não poderá exercer qualquer atividade remunerada, salvo nos casos de contrato de trabalho simultâneo firmado previamente, e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar, sendo que o descumprimento destas condições implicará em perda do direito à prorrogação.

**Parágrafo Único** - a empregada em gozo de licença-maternidade, na data de publicação do Decreto nº 7.052, de 23/12/2009, poderá solicitar a prorrogação da licença-maternidade ou licença adotante desde que requeira no prazo de 30 dias.

## **LICENÇA ADOÇÃO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - LICENÇA-ADOÇÃO**



O disposto acima também se aplica a(o) empregada(o), inclusive solteira(o), que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, conforme §2º do artigo 1º da Lei nº 11.770/2008, pelos seguintes períodos:

I – por 60 (sessenta) dias, quando se tratar de criança de até 1 (um) ano de idade;

II – por 30 (trinta) dias, quando se tratar de criança a partir de 1 (um) até 4 (quatro) anos de idade incompletos; e,

III – por 15 (quinze) dias, quando se tratar de criança a partir de 4 (quatro) anos até completar 8 (oito) anos de idade.

**Parágrafo Primeiro** - para fins de concessão dessa licença, poderá ser considerado como documento hábil o Termo de Guarda, Sustento e Responsabilidade, ainda que em caráter provisório, desde que nele conste a finalidade de abertura de processo de adoção.

**Parágrafo Segundo** - no caso de relação estável com companheiro(a) do mesmo gênero, sendo ambos(as) empregados(as) da APS, exclusivamente um(a) terá direito ao período de licença, podendo o(a) outro(a) usufruir do mesmo período e condições previstas para a licença paternidade.

**Parágrafo Terceiro** - no caso de adoção de mais de uma criança, simultaneamente, o período da licença-adoção e o da paternidade permanecem inalterados.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR**

### **CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CIPA**

A APS, visando estimular as atividades prevencionistas, desobrigará os empregados representantes efetivos da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, da prestação de seu trabalho ordinário de um dia por quinzena, sem prejuízo do seu salário-básico ordinário, a fim de que, nesse dia, se dediquem, especificamente, no âmbito da Empresa, às atividades relacionadas com a segurança do trabalho.

**Parágrafo Único** - A escolha dos dias referidos na presente Cláusula deverá ser realizada mediante prévio entendimento do empregado com a Secretaria da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, responsável pelo controle do exercício das atividades referidas.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - REGRAS DE APLICAÇÃO DO PRESENTE ACORDO COLETIVO**

A APS concederá aos empregados os benefícios e vantagens mencionados neste Acordo nas formas previstas em suas respectivas Cláusulas.

**Parágrafo Primeiro** - As partes declaram que possuem capacidade e legitimidade para celebrar o presente Acordo Coletivo de Trabalho, devendo agir em relação a ele com boa fé, probidade e lealdade.

**Parágrafo Segundo** - As partes declaram que não se encontram em estado de necessidade ou sob coação para celebrar o presente Acordo Coletivo de Trabalho, sendo este fruto de amplas negociações entre as partes conduzidas e implementadas por sua livre iniciativa.

**Parágrafo Terceiro** - As partes declaram que tem experiência na celebração de Acordos Coletivos de Trabalho, tomaram prévio conhecimento de seus termos e foram assistidos por advogados durante toda a negociação do presente Acordo.

**Parágrafo Quarto** - As partes declaram ter expressa ciência que a APS é uma empresa pública e, por força de lei, as questões de ordem salarial ou plano de carreira estão submetidas à prévia aprovação da

Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – Sest.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DIVERGÊNCIAS OU DÚVIDAS**

As divergências ou dúvidas eventualmente surgidas quanto à aplicação das Cláusulas do presente Acordo, serão preliminarmente dirimidas entre as partes acordantes.

## **RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PRORROGAÇÃO E/OU REVISÃO**

As disposições sobre a prorrogação, revisão total ou parcial deste Acordo, obedecerão às regras gerais aplicáveis à espécie.

}

**ANDERSON POMINI**  
**PRESIDENTE**  
**AUTORIDADE PORTUARIA DE SANTOS S.A.**

**EVERANDY CIRINO DOS SANTOS**  
**PRESIDENTE**  
**SIND TRAB ADM CAP TER PRIV.RET ADM GER SERV PORT EST SP**

**CLAUDIOMIRO MACHADO**  
**PRESIDENTE**  
**SIND OP TRAB PORT GERAL ADMS PORTOS E TERM PRIV RET SP**

**ALVARO LUIZ DIAS DE OLIVEIRA**  
**DIRETOR**  
**SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SAO PAULO**

**ITAMAR REVOREDO KUNERT**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DE SANTOS**

**FABIO ROBERTO GASPAR**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS ADVOGADOS DE SAO PAULO**

**LUIZ ANTONIO TAVARES FREIRE**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SANTOS E REGIAO**

**THIAGO CIANGA TANJI**

**PRESIDENTE  
SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO EST DE SAO PAULO**

**ANEXOS  
ANEXO I - PROPOSTA DA EMPRESA**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO II - TERMO DE REUNIÃO PRÉ-PROCESSUAL**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO III - OFÍCIO E ATA SINDAPORT**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO IV - OFÍCIO E ATA SINTRAPORT**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO V - OFÍCIO E ATA SEESP - REVISADO**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO VI - OFÍCIO E ATA SINASA**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO VII - ATA E DOCUMENTOS SASP - REVISADO**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO VIII - OFÍCIO E ATA SINCONSANTOS - REVISADO**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO IX - ATA E DOCUMENTOS SJSP**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO X - ACT ASSINADO**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.